

O NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ENTRE A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Brazil's New High School Model: Between Curricular Flexibility and the Reproduction of Inequalities

Tatiana Costa Coelho
tatiana.coelho@uemg.br

Simone Pedrosa Lins de Oliveira

simone.lins@uemg.br

RESUMO: Este artigo analisa criticamente o Novo Ensino Médio no Brasil, instituído pela Lei nº 13.415/2017, situando-o no contexto mais amplo das reformas educacionais contemporâneas, marcadas por processos de flexibilização curricular, centralidade em competências e aproximação com demandas do mercado de trabalho. A investigação parte do seguinte problema de pesquisa: em que medida a flexibilização curricular proposta pela reforma contribui efetivamente para a democratização da educação ou, ao contrário, reforça desigualdades estruturais historicamente presentes no sistema educacional brasileiro? Desse modo, o objetivo geral consiste em analisar os fundamentos teóricos e normativos da reforma, bem como suas principais contradições e impactos no contexto da educação básica, especialmente no que se refere à equidade, ao acesso ao conhecimento e às condições de implementação nas redes públicas de ensino. Os resultados indicam que, embora a reforma apresente elementos inovadores, como a proposta de itinerários formativos e maior protagonismo estudantil, sua implementação ocorre em um cenário marcado por profundas desigualdades estruturais, o que limita seu potencial democratizador. Evidencia-se que a flexibilização curricular, quando não acompanhada de investimentos adequados e garantia de condições equitativas, tende a reproduzir — e, em alguns casos, aprofundar — desigualdades educacionais. Conclui-se, portanto, que a efetivação de uma educação mais justa e democrática no Ensino Médio brasileiro exige a articulação entre mudanças curriculares e políticas estruturais mais amplas, que envolvam financiamento adequado, valorização docente e promoção da equidade social, de modo a assegurar a todos os estudantes o direito a uma formação integral e de qualidade.

Palavras-chave: Ensino Médio. Currículo. Políticas educacionais. Desigualdade.

ABSTRACT: This article critically analyzes the "New High School" model in Brazil, established by Law No. 13.415/2017, situating it within the broader context of contemporary educational reforms characterized by curricular flexibility, a focus on competencies, and alignment with labor market demands. The study addresses the following research question: to what extent does the curricular flexibility proposed by the reform effectively contribute to the democratization of education or, conversely, reinforce structural inequalities historically present in the Brazilian educational system? Thus, the general objective is to analyze the reform's theoretical and normative foundations, as well as its main contradictions and impacts on basic education—particularly regarding equity,

access to knowledge, and implementation conditions within public school networks. The results indicate that, although the reform introduces innovative elements—such as proposed "learning pathways" and greater student agency—its implementation takes place in a landscape marked by deep structural inequalities, which limits its democratizing potential. It becomes evident that curricular flexibility, when not accompanied by adequate investment and the guarantee of equitable conditions, tends to reproduce—and in some cases, exacerbate—educational inequalities. Therefore, the study concludes that achieving a fairer and more democratic Brazilian high school education requires linking curricular changes with broader structural policies—involving adequate funding, the valuing of the teaching profession, and the promotion of social equity—to ensure all students the right to a high-quality, comprehensive education.

Keywords: High School. Curriculum. Educational policies. Inequality.

1. INTRODUÇÃO

A reforma do Ensino Médio deve ser compreendida no contexto mais

amplo das transformações das políticas educacionais contemporâneas, fortemente influenciadas por processos de globalização, reestruturação produtiva e difusão de princípios neoliberais na gestão pública. Nesse cenário, as políticas educacionais passam a ser orientadas por discursos de eficiência, flexibilização e adequação às demandas do mercado de trabalho, o que implica redefinições significativas no papel da escola e do currículo. Conforme Stephen Ball (2001, p. 103): “As políticas educacionais não são simplesmente implementadas; elas são reinterpretadas, traduzidas e recriadas nos contextos locais.”

Essa perspectiva evidencia que as reformas educacionais não se materializam de forma homogênea, mas são mediadas por condições institucionais, culturais e sociais específicas, o que resulta em múltiplas formas de apropriação e implementação. No caso brasileiro, essa mediação é ainda mais complexa em função das profundas desigualdades regionais e das assimetrias históricas entre redes de ensino.

Estudos recentes indicam a ampliação significativa da produção científica sobre o Novo Ensino Médio,

evidenciando a centralidade do tema no debate acadêmico contemporâneo. Levantamentos apontam um crescimento expressivo de pesquisas entre 2018 e 2023, abordando dimensões como implementação, impactos curriculares, formação docente e desigualdades educacionais (TIBES; ROSTIROLA, 2025). Esse aumento da produção acadêmica revela não apenas o interesse científico pela temática, mas também as controvérsias e disputas que atravessam a reforma.

O ensino médio no Brasil tem sido alvo de diversas pesquisas recentes que evidenciam tanto avanços quanto desafios persistentes nessa etapa da educação básica. Entre os principais problemas apontados, destaca-se a evasão escolar, ainda fortemente associada a fatores socioeconômicos. Muitos jovens abandonam a escola para ingressar precocemente no mercado de trabalho ou por não perceberem utilidade prática nos estudos. Além disso, questões como desinteresse, gravidez na adolescência e dificuldades de aprendizagem contribuem para a não conclusão dessa etapa, revelando um cenário de desigualdade e fragilidade na permanência escolar.

Outro aspecto relevante identificado nas pesquisas é a redução no número de matrículas no ensino médio nos últimos anos. Essa queda pode ser explicada tanto por mudanças demográficas, como a diminuição da população jovem, quanto pelo aumento da evasão escolar. Esse fenômeno acende um alerta sobre a necessidade de políticas públicas mais eficazes que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o engajamento dos estudantes.

Em contrapartida, algumas iniciativas têm apresentado resultados positivos, como a ampliação do ensino em tempo integral. Estudos indicam que esse modelo contribui para a melhoria do desempenho acadêmico e para a redução da evasão, ao proporcionar maior vínculo do aluno com a escola. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de investimentos em infraestrutura e formação de professores.

Outro tema recorrente nas pesquisas recentes é o uso de tecnologias digitais e da inteligência artificial no contexto educacional. Embora haja grande interesse por parte dos docentes, ainda existem entraves relacionados à falta de capacitação e de recursos

adequados. Paralelamente, cresce a preocupação com o desenvolvimento de competências digitais críticas, fundamentais para a formação dos estudantes em uma sociedade cada vez mais tecnológica.

Além dos aspectos pedagógicos, as pesquisas também têm enfatizado a importância do clima escolar e da saúde mental dos alunos. Problemas como ansiedade, violência e sensação de não pertencimento impactam diretamente o aprendizado, indicando que a escola precisa ir além da transmissão de conteúdos e promover um ambiente acolhedor e inclusivo.

Por fim, as mudanças decorrentes da reforma do ensino médio também têm sido amplamente debatidas. A proposta de flexibilização curricular busca tornar o ensino mais atrativo e alinhado aos interesses dos estudantes, mas enfrenta críticas quanto à sua implementação desigual entre as escolas, o que pode ampliar ainda mais as disparidades educacionais.

Dessa forma, conclui-se que o ensino médio brasileiro passa por um processo de transformação, marcado por desafios estruturais e novas oportunidades. Para avançar, é fundamental investir em políticas

públicas integradas que promovam equidade, inovação e qualidade na educação, garantindo que essa etapa cumpra seu papel na formação integral dos jovens.

Além disso, as análises contemporâneas têm destacado que o Novo Ensino Médio não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de um conjunto mais amplo de reformas educacionais alinhadas a tendências internacionais, nas quais se observa a valorização de competências, habilidades e itinerários formativos flexíveis. Tais diretrizes, embora apresentadas como estratégias de modernização, suscitam questionamentos quanto à sua capacidade de promover uma formação integral e crítica dos estudantes.

Nesse contexto, como argumenta Michael Apple (2006), o currículo constitui um espaço de disputa política e ideológica, no qual se definem quais conhecimentos são considerados legítimos e quais sujeitos terão acesso a eles. Para o autor, as reformas curriculares frequentemente expressam interesses hegemônicos, contribuindo para a manutenção de relações de poder e desigualdades sociais.

Partindo desse pressuposto, temos como objetivos específicos nesse artigo, busca-se discutir o papel do currículo como construção social, examinar os limites da flexibilização em contextos desiguais e compreender as implicações da reforma para o trabalho docente e para a trajetória dos estudantes. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, articulada à análise de dados secundários, com base em produções científicas recentes (2023–2025), além de documentos oficiais e relatórios institucionais. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos críticos da educação, que permitem problematizar a relação entre políticas educacionais, desigualdades sociais e processos de reprodução cultural.

Dessa forma, a análise do Novo Ensino Médio exige uma abordagem crítica que considere não apenas seus aspectos normativos e estruturais, mas também suas implicações sociais, políticas e pedagógicas, especialmente no que se refere à democratização do acesso ao conhecimento e à promoção da equidade educacional.

2. CONTEXTO EMPÍRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A análise da reforma exige considerar, de forma aprofundada, as condições estruturais do Ensino Médio no Brasil, uma vez que qualquer mudança curricular se insere em um cenário marcado por desigualdades históricas e limitações institucionais. Essas condições dizem respeito não apenas à infraestrutura física das escolas, mas também à formação docente, à organização curricular, ao financiamento da educação e às condições socioeconômicas dos estudantes.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que milhões de jovens brasileiros não concluíram essa etapa da educação básica, o que evidencia persistentes desigualdades de acesso, permanência e conclusão. Esse quadro está diretamente relacionado a fatores como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a falta de políticas de permanência escolar e as desigualdades regionais, que impactam de maneira diferenciada os estudantes das redes públicas.

Além disso, o Ensino Médio apresenta elevados índices de evasão e,

em determinados períodos, redução de matrículas, configurando um cenário de fragilidade estrutural. Em 2022, aproximadamente 5,9% dos estudantes abandonaram a escola ao longo do ano letivo, índice superior ao observado no Ensino Fundamental. Já a taxa de reprovação gira em torno de 10%, o que contribui diretamente para a distorção idade-série e aumenta o risco de evasão.

No que se refere ao acesso e permanência, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio da PNAD Contínua, indicam que cerca de 1,5 milhão de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola no Brasil. Além disso, apenas cerca de 70% dos jovens nessa faixa etária frequentam o Ensino Médio na idade adequada, o que revela dificuldades tanto de acesso quanto de progressão escolar. Esses números evidenciam que uma parcela significativa da juventude não consegue concluir essa etapa da educação básica no tempo esperado.

Em relação às matrículas, o Censo Escolar aponta que o Ensino Médio tem apresentado, em alguns períodos, estagnação ou leve queda no número total de estudantes, especialmente em anos recentes marcados por impactos da pandemia e

mudanças estruturais na organização dessa etapa de ensino. Essa redução está associada não apenas a fatores demográficos, mas também ao abandono escolar e ao desengajamento dos jovens.

Outro dado relevante diz respeito à infraestrutura e aos recursos disponíveis nas escolas. Ainda segundo o INEP, uma parcela significativa das escolas públicas de Ensino Médio não dispõe de condições adequadas para a diversificação curricular: menos de 50% possuem laboratórios de ciências, e o acesso a recursos tecnológicos, embora tenha avançado, ainda é desigual entre regiões. Além disso, há carência de professores com formação específica em determinadas áreas, o que dificulta a implementação efetiva dos itinerários formativos previstos na reforma. O que se pode concluir nesse cenário é que a escola, muitas vezes, não consegue dialogar com as expectativas e necessidades dos jovens, o que contribui para o desinteresse e o abandono escolar. Soma-se a isso a limitação de recursos materiais e humanos, que dificulta a oferta de um ensino diversificado e de qualidade, especialmente no contexto da implementação dos itinerários formativos propostos pela reforma.

Nesse contexto, a implementação do Novo Ensino Médio enfrenta obstáculos significativos, uma vez que pressupõe condições estruturais que ainda não estão plenamente garantidas na maioria das redes públicas de ensino.

Essas pesquisas descritas acima, reforçam esse quadro ao apontar que a implementação do Novo Ensino Médio tem sido marcada por percepções diversas entre estudantes, docentes e gestores. Conforme relatório da UNESCO (2024), “a implementação do Novo Ensino Médio revelou diferentes percepções entre estudantes, docentes e gestores, evidenciando desafios significativos no processo de adaptação curricular”. Tais desafios incluem dificuldades na compreensão da proposta, limitações na oferta de itinerários e insegurança docente diante das mudanças.

Dessa forma, torna-se evidente que a reforma do Ensino Médio não pode ser analisada isoladamente de suas condições concretas de implementação. É fundamental que as políticas educacionais avancem para além das mudanças curriculares, contemplando investimentos estruturais, valorização docente e estratégias de permanência escolar. Somente com a articulação entre

essas dimensões será possível enfrentar as fragilidades existentes e promover

3. REFERENCIAL TEÓRICO: CURRÍCULO E DESIGUALDADE

A compreensão da reforma exige situar o currículo como uma construção social, histórica e política, que expressa disputas de poder, interesses econômicos e projetos de sociedade. Nesse sentido, o currículo deixa de ser entendido como um conjunto neutro de conteúdos e passa a ser analisado como um campo de seleção e legitimação de saberes, no qual determinados conhecimentos são valorizados em detrimento de outros.

De acordo com Pierre Bourdieu (1998, p. 41), “o sistema de ensino é um dos mecanismos mais eficazes de conservação social”, pois contribui para a reprodução das desigualdades ao legitimar como universais os saberes das classes dominantes. Assim, a escola, ao mesmo tempo em que se apresenta como espaço de democratização, pode operar como instrumento de manutenção das hierarquias sociais, especialmente quando não considera as diferentes condições de acesso e permanência dos estudantes.

Na mesma direção, Basil Bernstein (1996, p. 105) afirma que “a

uma educação mais equitativa e significativa para os jovens brasileiros.

forma como o conhecimento é distribuído reflete relações de poder”, evidenciando que as escolhas curriculares não são aleatórias, mas orientadas por estruturas sociais que definem quais saberes são considerados legítimos. A organização dos conteúdos, a divisão em itinerários formativos e a própria flexibilização curricular podem, portanto, reforçar desigualdades ao oferecer diferentes oportunidades de aprendizagem a grupos distintos de estudantes.

A literatura recente reforça essa perspectiva crítica ao destacar que o chamado “novo” Ensino Médio se insere em uma lógica de reconfiguração da educação voltada para a adaptação às demandas do mercado de trabalho. Conforme apontam estudos como os de Fargoni et al. (2024), há uma tendência de priorização de competências utilitaristas e instrumentais, em detrimento de uma formação integral, crítica e humanística. Tal direcionamento pode limitar o papel da educação como espaço de emancipação, reduzindo-a a uma função de preparo para o mundo produtivo.

Dessa forma, compreender a reforma do Ensino Médio a partir do currículo como construção social implica reconhecer suas implicações políticas e sociais, problematizando seus efeitos sobre a equidade educacional. Torna-se fundamental, portanto,

4. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, com análise de dados secundários, buscando compreender de forma crítica e contextualizada as discussões mais recentes acerca do objeto investigado. Esse tipo de investigação permite o aprofundamento teórico por meio do diálogo entre diferentes autores e perspectivas, contribuindo para a construção de uma análise fundamentada e consistente.

Conforme destaca Antônio Carlos Gil (2008, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado”, sendo constituída principalmente por livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais. Nessa perspectiva, a pesquisa não se limita à simples revisão de literatura, mas envolve a seleção criteriosa, a leitura analítica e a interpretação crítica das fontes,

defender um currículo que não apenas responda às demandas econômicas, mas que também promova justiça social, formação crítica e ampliação das possibilidades de participação dos sujeitos na vida social.

permitindo identificar tendências, lacunas e convergências no campo estudado.

A abordagem qualitativa adotada justifica-se pela natureza do problema de pesquisa, que demanda interpretação, compreensão de significados e análise de processos sociais e educacionais complexos. Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, valores, crenças e atitudes, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que não podem ser reduzidas a dados numéricos.

Foram analisadas produções científicas recentes, compreendendo o período de 2023 a 2025, com o objetivo de garantir a atualidade do debate e a incorporação de estudos que refletem as transformações mais recentes no campo educacional. Além disso, foram utilizados dados oficiais provenientes de órgãos governamentais, como relatórios e indicadores educacionais, os quais contribuíram para a triangulação das

informações e para o fortalecimento da análise empírica.

O processo metodológico envolveu etapas de levantamento bibliográfico, seleção de materiais com base em critérios de relevância e pertinência temática, leitura exploratória e analítica, bem como a sistematização

5. A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E SUAS CONTRADIÇÕES

A flexibilização curricular é apresentada como uma das principais inovações da reforma do Ensino Médio, sendo frequentemente associada à ideia de modernização, autonomia discente e personalização dos percursos formativos. Em tese, essa proposta permitiria que os estudantes escolhessem itinerários alinhados aos seus interesses, ampliando o engajamento e tornando a aprendizagem mais significativa. No entanto, quando analisada à luz das condições concretas do sistema educacional brasileiro, essa flexibilização revela limites importantes e contradições estruturais.

Conforme apontam estudos recentes, “a reforma do Ensino Médio apresenta-se como proposta de flexibilização e inovação curricular, porém sua implementação ocorre em um

das informações. Dessa forma, a articulação entre teoria e evidências empíricas possibilitou a construção de uma análise crítica, capaz de problematizar o objeto de estudo à luz das contribuições teóricas e das condições concretas de sua implementação.

cenário marcado por profundas desigualdades estruturais” (RODRIGUES et al., 2024). Tal constatação evidencia que a promessa de escolha e diversidade nem sempre se efetiva na prática, uma vez que muitas escolas, sobretudo da rede pública, não dispõem de infraestrutura, recursos humanos e organização pedagógica suficientes para ofertar múltiplos itinerários formativos. Assim, o que se apresenta como ampliação de possibilidades pode, na realidade, restringir as opções dos estudantes, especialmente daqueles em contextos mais vulneráveis.

Essa análise converge com a perspectiva de Acácia Kuenzer (2017), que já alertava para os riscos da flexibilização curricular em contextos desiguais. Para a autora, a diversificação de percursos formativos, quando não acompanhada de condições equitativas de oferta, tende a reforçar a dualidade

histórica da educação brasileira, destinando formações mais amplas e críticas para alguns grupos, enquanto outros recebem uma formação mais instrumental e limitada.

Além disso, estudos contemporâneos destacam que “as políticas educacionais contemporâneas têm contribuído para o esvaziamento da formação básica” (PEREIRA et al., 2025), ao priorizarem competências e habilidades voltadas para demandas imediatas do mercado de trabalho. Esse movimento pode resultar na redução do espaço destinado às disciplinas tradicionais e aos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos,

6. DUALIDADE EDUCACIONAL E DADOS RECENTES

Pesquisas recentes evidenciam que o Novo Ensino Médio pode, paradoxalmente, aprofundar desigualdades educacionais já existentes, ao invés de reduzi-las. Isso ocorre porque a proposta de diversificação curricular e flexibilização, embora teoricamente ampliadora de oportunidades, tende a operar de maneira desigual em contextos marcados por profundas assimetrias sociais e institucionais. Nesse sentido, “o Novo

comprometendo a formação integral dos estudantes e sua capacidade de análise crítica da realidade.

Dessa forma, a flexibilização curricular, embora apresentada como avanço, precisa ser problematizada à luz das desigualdades estruturais que marcam o sistema educacional brasileiro. Torna-se fundamental que sua implementação esteja articulada a políticas de investimento, garantia de condições equitativas e fortalecimento da formação básica, para que não se transforme em um mecanismo de aprofundamento das desigualdades, mas sim em uma estratégia efetiva de democratização do ensino.

Ensino Médio evidencia processos de segmentação educacional” (SILVA; CARVALHO, 2024), indicando que diferentes grupos de estudantes passam a ter acesso a formações distintas, com impactos diretos em suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Essa análise dialoga com a perspectiva de Dermeval Saviani (2008, p. 21), ao afirmar que “a democratização da educação exige garantir a todos o acesso ao conhecimento elaborado”. Para o autor, a função social da escola está diretamente relacionada à socialização do saber sistematizado,

historicamente produzido pela humanidade. No entanto, quando o currículo se fragmenta e se diferencia de forma desigual, há o risco de que parte dos estudantes tenha acesso restrito a esse conhecimento, comprometendo o princípio da igualdade de oportunidades.

Além disso, a forte concentração de estudantes na rede pública de ensino reforça os desafios estruturais da implementação da reforma. As escolas públicas, que atendem a maior parcela da população jovem, frequentemente enfrentam limitações relacionadas à infraestrutura, ao financiamento e à disponibilidade de profissionais qualificados para atender às novas exigências curriculares. Em contrapartida, instituições privadas tendem a dispor de melhores condições para implementar a proposta de forma mais ampla e diversificada, o que pode ampliar ainda mais as disparidades educacionais.

7. DISCUSSÃO: LIMITES DA REFORMA

A literatura recente indica que reformas curriculares, quando implementadas de forma isolada, não são suficientes para enfrentar as

Somam-se a isso fatores como as desigualdades regionais, as condições socioeconômicas dos estudantes e a ausência de políticas eficazes de permanência escolar, que impactam diretamente a efetividade da reforma. Dessa forma, o Novo Ensino Médio, ao ser implementado em um cenário estruturalmente desigual, corre o risco de consolidar uma lógica de segmentação educacional, na qual diferentes grupos sociais têm acesso a diferentes níveis e tipos de formação.

Diante desse contexto, torna-se fundamental repensar a implementação da reforma à luz do princípio da equidade, assegurando condições materiais, pedagógicas e institucionais que garantam a todos os estudantes o acesso a uma formação ampla, crítica e de qualidade. Somente assim será possível evitar que a proposta, em vez de promover avanços, contribua para a reprodução e o aprofundamento das desigualdades educacionais no Brasil. desigualdades educacionais, sobretudo em contextos marcados por profundas assimetrias sociais, econômicas e institucionais, como é o caso brasileiro. Embora mudanças no currículo possam representar avanços importantes no plano normativo, sua efetividade

depende diretamente de condições estruturais que garantam sua materialização no cotidiano escolar.

Nesse sentido, conforme afirma Michael Apple (2006, p. 60), “as reformas educacionais frequentemente operam como mecanismos de manutenção das estruturas sociais”. Essa perspectiva crítica evidencia que, mesmo quando apresentadas como inovadoras, muitas reformas acabam reproduzindo lógicas já existentes, especialmente quando não enfrentam as desigualdades de base que atravessam o sistema educacional. Assim, mudanças curriculares podem ter efeitos limitados ou até contraditórios, caso não estejam articuladas a políticas mais amplas de financiamento, valorização docente e justiça social.

Além disso, o cenário educacional brasileiro recente tem sido marcado por instabilidade normativa e disputas em torno dos rumos da política educacional. Conforme destacam estudos contemporâneos, “as mudanças entre 2017 e 2024 evidenciam disputas

8. TRABALHO DOCENTE E REFORMA

A reforma do Ensino Médio impacta diretamente o trabalho docente,

em torno do modelo de Ensino Médio” (GODINHO; MARTINS, 2024), revelando a existência de diferentes projetos em disputa, que refletem interesses políticos, econômicos e ideológicos distintos. Essa instabilidade compromete a continuidade das políticas públicas e dificulta a consolidação de propostas pedagógicas consistentes no interior das escolas.

Diante desse contexto, torna-se evidente que a superação das desigualdades educacionais exige mais do que reformas curriculares pontuais. É fundamental a construção de políticas integradas, que articulem mudanças no currículo a investimentos estruturais, formação e valorização dos professores, fortalecimento da gestão escolar e ampliação de políticas de inclusão e permanência. Somente por meio dessa abordagem sistêmica será possível promover transformações efetivas no Ensino Médio e avançar na construção de uma educação pública mais justa, democrática e de qualidade.

exigindo dos professores não apenas a adaptação a novas diretrizes curriculares, mas também a reorganização de suas práticas pedagógicas em contextos muitas vezes marcados por limitações

estruturais e institucionais. Nesse cenário, amplia-se a complexidade da atuação docente, que passa a demandar maior flexibilidade, capacidade de inovação e constante atualização profissional.

De acordo com Paulo Freire (1996, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades”. Essa perspectiva reforça a importância de um ensino que valorize a autonomia do estudante, o diálogo e a construção coletiva do saber. No entanto, a implementação da reforma nem sempre oferece condições adequadas para que essa concepção se concretize na prática, uma vez que muitos professores enfrentam sobrecarga de trabalho, falta de recursos didáticos e insuficiente formação continuada.

Além disso, conforme destaca Stephen Ball (2005), “os professores são responsabilizados pelos resultados, mesmo sem controle sobre as

condições”. Essa afirmação evidencia uma contradição central nas políticas educacionais contemporâneas: ao mesmo tempo em que se exige maior desempenho e resultados mensuráveis, não se garante aos docentes as condições necessárias para alcançar tais objetivos. Tal cenário contribui para processos de intensificação e precarização do trabalho docente.

Dessa forma, a reforma do Ensino Médio, ao mesmo tempo em que propõe inovações e avanços, também impõe desafios significativos aos professores. Torna-se fundamental, portanto, que as políticas públicas considerem o docente como sujeito central no processo educativo, assegurando-lhe condições dignas de trabalho, formação adequada e participação efetiva na construção e implementação das reformas educacionais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que o Novo Ensino Médio apresenta contradições estruturais significativas, especialmente quando se observa o descompasso entre suas diretrizes normativas e as condições concretas de implementação nas redes

públicas de ensino. Embora a proposta se apresente como inovadora ao priorizar a flexibilização curricular, o protagonismo juvenil e a diversificação de itinerários formativos, tais princípios nem sempre se materializam de forma equitativa nos diferentes contextos educacionais do país.

Os dados empíricos e a literatura recente indicam que a reforma, ainda que orientada por uma lógica de modernização, tende a reproduzir e, em alguns casos, aprofundar desigualdades educacionais historicamente construídas. Isso ocorre porque escolas situadas em contextos socioeconômicos mais favorecidos possuem maior capacidade de ofertar múltiplos itinerários formativos, infraestrutura adequada e corpo docente especializado. Em contrapartida, instituições localizadas em áreas vulneráveis enfrentam limitações que restringem as possibilidades de escolha dos estudantes, comprometendo o princípio da equidade.

Nesse sentido, conforme discutem autores como Stephen Ball, as políticas educacionais não operam de maneira homogênea, sendo reinterpretadas e reconfiguradas nos contextos locais, o que pode intensificar

desigualdades já existentes. Além disso, a ênfase em resultados e indicadores de desempenho, muitas vezes dissociados das condições reais de ensino, contribui para responsabilizar escolas e professores por desafios que extrapolam sua governabilidade.

Dessa forma, torna-se fundamental articular políticas curriculares a investimentos estruturais consistentes, que garantam condições materiais, formação docente continuada e ampliação de recursos pedagógicos. Paralelamente, é imprescindível promover políticas de equidade social que considerem as especificidades regionais e assegurem a todos os estudantes o direito a uma educação de qualidade. Somente por meio dessa articulação será possível minimizar as contradições do Novo Ensino Médio e avançar na construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BALL, Stephen. Diretrizes políticas globais e relações locais. *Educação & Sociedade*, 2001.
- BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FARGONI, E. E. et al. O novo ensino médio e o mercado. *Revista Ponto de Vista*, 2024.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODINHO, A. G.; MARTINS, S. A. Reformas do ensino médio (2017–2024). *Revista Trabalho Necessário*, 2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores educacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- PEREIRA, R. S. et al. Políticas educacionais e formação. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, 2025.
- RODRIGUES, M. A. et al. Novo ensino médio e desigualdades. *Boletim de Conjuntura*, 2024.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, C.; CARVALHO, D. Desigualdades no ensino médio. *Revista Ponto de Vista*, 2024.
- TIBES, G. H.; ROSTIROLA, C. Produção acadêmica sobre o novo ensino médio. *Educação em Foco*, 2025.
- UNESCO. *Pesquisa sobre o Novo Ensino Médio*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2024.